

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 621 - Brasília, terça-feira, 20 de Janeiro de 1998

## Senadores debatem Código de Trânsito e fazem sugestões

*Arruda quer reduzir multas, Leonel pede campanha e Tebet recomenda corrigir erros*

O senador José Roberto Arruda anunciou ontem a intenção de apresentar projeto de lei alterando artigos do Código de Trânsito. Já o senador Odacir Soares propôs a suspensão da vigência do novo código por um período de 12 meses. O senador Ramez Tebet considera saudável o debate em torno do assunto e anuncia seu apoio ao projeto de Arruda. O senador Leonel Paiva, por sua vez, defendeu que se faça uma ampla campanha de divulgação do código antes que ele entre em vigor. **Página 5**

## CCJ analisa amanhã região metropolitana de Brasília

A Comissão de Justiça do Senado analisa amanhã projeto de lei que autoriza o Executivo a criar a Região Metropolitana do Distrito Federal. A CCJ também delibera sobre projeto que disciplina a destruição de aeronaves hostis. **Página 3**

A CCJ analisará também o projeto que disciplina a destruição de aeronaves consideradas hostis, que invadam o espaço aéreo nacional

## Emissora comunitária e acordos internacionais na pauta de comissões

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional delibera hoje sobre três projetos de decreto legislativo que versam sobre acordos internacionais. Já a Comissão de Educação aprecia hoje o projeto de lei que regula as emissoras

comunitárias de rádio. O relator da proposta, senador Sérgio Machado, observa que o projeto, caso aprovado, vai permitir a regularização de aproximadamente 2 mil emissoras livres em operação no país. **Páginas 3 e 4**

## CAS examina vínculo de associados com cooperativas

A Comissão de Assuntos Sociais aprecia amanhã projeto de lei que revoga dispositivo da CLT sobre a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. Outra proposta que será examinada pela CAS é a relativa ao serviço voluntário. **Página 3**

A CAS aprecia projeto que define a natureza e as condições do serviço voluntário



*Na sessão plenária de hoje, os senadores decidirão também sobre os pedidos de empréstimos formulados por estados e municípios, bem como de elevação temporária do limite de endividamento de Mato Grosso*

## Plenário vota em 2º turno situação dos militares

O plenário do Senado volta a discutir, a partir de amanhã, em segundo turno, a emenda constitucional que estabelece regime especial para os servidores militares, inclusive permitindo que eles tenham reajustes salariais diferenciados dos aumentos dos funcionários civis.

Aprovada em primeiro turno no início deste mês, a emenda será votada pela segunda vez na terça-feira da próxima semana, dia 27. Se aprovada, será promulgada imediatamente pelos presidentes do Senado e da Câmara.

Na sessão do plenário de hoje, os senadores vão deci-

dir sobre pedidos de estados e municípios para tomar empréstimos. O Maranhão quer autorização para receber financiamento de US\$ 80 milhões do Banco Mundial para desenvolver seu Programa de Combate à Pobreza Rural.

A prefeitura de Sobral, no Ceará, quer autorização do Senado para tomar empréstimo de R\$ 2 milhões da CEF, destinados a pagar obras de urbanização, saneamento e construção de habitações no bairro de Padre Palhano. A mesma prefeitura pretende obter autorização para um empréstimo de R\$ 612 mil junto ao Banco do Estado do Ceará

para idênticas obras, no Bairro Alto.

Na mesma sessão, os senadores decidirão se concordam com pedido do governo de Mato Grosso para elevar temporariamente seu limite de endividamento e, assim, apresentar condições de dar garantia a um financiamento do Banco Mundial, de US\$ 45 milhões, destinado ao Programa de Reforma do estado.

Também hoje, o Senado votará projeto que autoriza o Ministério dos Transportes a repassar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos recursos para pagamento de pessoal.

## CAE aprecia repasse de verba ao Metrofor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 10h, para apreciar o projeto de lei de iniciativa do presidente da República que autoriza o Ministério dos Transportes a repassar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) recursos para pagamento de pessoal. A matéria, que tramita em regime de urgência, será relatada pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Pelo projeto, o repasse à Metrofor deverá ser feito por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para apoiar a nova empresa com vistas à implantação do Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza, que, uma vez executado e devidamente integrado com outras modalidades de transportes, pretende atingir o total de 350 mil passageiros/dia em 2001.

O projeto de lei prevê o repasse mensal dos recursos, a partir da data da efetiva assunção do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza pelo estado do Ceará, até dezembro de 2001. Esses recursos deverão ser aplicados exclusivamente nas despesas com a folha de pessoal e respectivos encargos sociais.

A CAE examina, ainda, dois ofícios: do governo do estado de Goiás que solicita autorização para emitir letras financeiras destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre deste ano, cujo relator é o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN); e do estado do Rio de Janeiro, pedindo autorização para contratar operação de crédito externo junto ao Bird, no valor de US\$ 250 milhões, destinados ao financiamento do Programa de Reforma do estado. Quem relata a matéria é o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), favorável nos termos do projeto de resolução que apresenta.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 2/98, autoriza o estado do Maranhão a contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 80 milhões, destinada a financiar o Programa de Combate à Pobreza Rural; "Projeto de Resolução nº 3/98, autoriza a prefeitura do município de Sobral, no estado do Ceará, a contratar operação de crédito no valor de R\$ 2 milhões junto à Caixa Econômica Federal, destinando-se os recursos à urbanização, saneamento e execução do plano habitacional para o bairro Padre Palhano; "Projeto de Resolução nº 4/98, autoriza a prefeitura do município de Sobral, no estado do Ceará, a contratar operação de crédito com o Banco do Estado do Ceará, no valor de R\$ 612 mil, destinando-se os recursos à urbanização, saneamento, terraplenagem, pavimentação, construção de equipamentos urbanos e execução de plano habitacional no bairro de Alto Brasília; "PL nº 69/97, autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, a repassar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor, recursos para pagamento de pessoal; e "Projeto de Resolução nº 164/97, autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso

### COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: "Ofício nº 4/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado de Goiás para emitir LFTGO destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 98; "Ofício nº 52/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo junto ao Bird, com garantia da União, no valor de R\$ 250 milhões, destinados ao financiamento do Programa de Reforma do estado; "PLC nº 69/97 (não terminativo), autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da CBTU, a repassar à Companhia Cearense de Trens Metro-

politano - Metrofor, recursos para pagamento de pessoal. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

### 11h - Comissão de Educação

Pauta: "PLC nº 50/97 (não terminativo), que institui o serviço de radiodifusão comunitária; e "PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

### 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: "PDL nº 133/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em Brasília, em 03.04.97; "PDL nº 131/97, que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França, em Brasília, em 12.03.97; "PDL nº 74/97, que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

#### Quarta-feira (21.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

#### Quinta-feira (22.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

### COMISSÕES

#### Quarta-feira (21.01.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: "PLC nº 47/96, que altera a Lei nº 7.565/86, para incluir hipótese de destruição de aeronave; e "PLS nº 101/96, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

#### 10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: "PLC nº 100/96, que dispõe sobre o serviço voluntário; "PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; e "PLS nº 156/97, que altera a redação do parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

## Acordos internacionais em discussão na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina hoje, em reunião marcada para as 17h30, três projetos de decreto legislativo que versam sobre acordos internacionais. O primeiro item da pauta é o projeto que aprova o texto do acordo de cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em 3 de abril de 1997. O projeto tem parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Outro acordo internacional que será apreciado refere-se à parceria com a França sobre segurança pública. Através desse acordo serão buscadas soluções para problemas como tráfico de entorpecentes e terrorismo. A cooperação poderá se estender, ainda, a outros campos de atuação, tais como lavagem de dinheiro, tráfico de armas, segurança dos portos, aeroportos e fronteiras e também a manutenção da ordem pública. O projeto será relatado

pelo presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Como terceiro item da pauta está o projeto sobre o texto da convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993. Pelo acordo, sempre que uma criança for deslocada para outro país, antes ou depois da adoção que estabeleça vínculo de filiação, os governos dos países abrigados pelo acordo devem fazer uma averiguação sobre os pais adotivos.

A inspeção objetiva verificar, entre outras coisas, se os pais adotivos estão habilitados para adotar a criança. Para isso, serão examinadas suas capacidades jurídicas, situação pessoal, familiar e de saúde, meio social, motivos e aptidão para assumir uma adoção internacional. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) é a relatora do projeto na comissão.

## CCJ examina expansão administrativa do DF

O substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei complementar do Senado que autoriza o Executivo a criar a Região Metropolitana do Distrito Federal deverá ser analisado a partir das 10h de amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que é presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O projeto é de iniciativa dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende, então no exercício do mandato e atual ministro da Justiça. O parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é favorável ao substitutivo.

De acordo com o projeto, a área denominada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) será constituída pelo Distrito Federal e 10 municípios de Goiás (Águas Lindas, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso) e dois



Alcântara deu parecer favorável de Minas Gerais (Unaf e Cabeceira Grande).

Na mesma reunião, a CCJ deverá apreciar também o projeto de lei do Poder Executivo que, após esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, permite a destruição de aeronaves classificadas como hostis que invadam o espaço aéreo brasileiro. O parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) é pela constitucionalidade da proposição e, caso seja aprovada, a matéria será devolvida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para análise do mérito e encaminhamento à deliberação do plenário da Casa.

Relator adiantou que dará parecer favorável ao projeto que revoga dispositivo da CLT sobre a inexistência de relação de emprego

## CAS analisa vínculo entre associados e cooperativas

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado delibera nesta quarta-feira sobre o projeto do deputado Aloysio Nunes Ferreira que revoga dispositivo da CLT sobre a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. Relator da matéria, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou hoje que dará um parecer favorável ao projeto, mas apresentará uma outra proposta regulamentando as cooperativas de trabalho.

Ao revogar esse dispositivo que proclama a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados, o autor do projeto na Câmara afirmou que essa norma tem criado interpretações



Jonas quer regulamentação

distorcidas e inúmeras problemas na área rural, onde cooperativas "fantasmas" têm sido criadas para burlar a legislação trabalhista.

O autor disse que, havendo a cooperativa formalizada, mesmo provada a prestação de

trabalho, como a CLT diz que não existe o vínculo empregatício, caberá ao empregado reclamar convencer o juiz de que trabalhava subordinadamente. Na opinião do deputado, a CLT estava aceitando uma ficção jurídica como presunção ao colocar sobre o ombro do empregado o ônus de comprovar que trabalhava subordinadamente.

Ao anunciar seu projeto para regulamentar as cooperativas de trabalho, o senador Jonas Pinheiro disse que suprirá uma falha da lei, cujo único dispositivo sobre essas cooperativas era o parágrafo revogado pelo projeto do deputado Aloysio Nunes Ferreira.

## Serviço voluntário na pauta de amanhã

Amanhã, a partir das 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne sob a presidência do senador Ademir Andrade (PSB-PA) para apreciar parecer do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto de lei originário da Câmara que dispõe sobre atividades de serviço voluntário. O parecer do senador é favorável ao projeto, na forma de substitutivo que integra nove emendas por ele apresentadas.

A proposta define o serviço voluntário como atividade não-remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não-lucrativos,

com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.

O projeto estabelece que a prestação de serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. Conforme o autor do projeto, deputado Paulo Bornhausen, muitas entidades que utilizam trabalho voluntário foram inviabilizadas ou sofreram graves prejuízos exatamente por terem sido obrigadas a arcar com o pagamento de ações trabalhistas movidas por indivíduos que, inicialmente, comprometeram-se à prestação de serviço voluntário.

O exercício desse tipo de trabalho, segundo o projeto, dependerá da celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, com a especificação do objeto e das condições em que ele será realizado.



Rocha apresenta substitutivo



ACM falará sobre as reformas

## ACM recebe homenagem em São Paulo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, será homenageado hoje pela Associação Comercial de São Paulo. Ele é o palestrante da reunião plenária que abre os trabalhos da entidade neste ano e deverá abordar as reformas que estão sendo votadas na convocação extraordinária do Congresso Nacional.

O evento organizado pela Associação Comercial de São Paulo em sua sede, no centro da capital paulista, terá início às 10h. À tarde, o senador estará em Brasília, e presidirá a sessão deliberativa do Senado Federal.

Emissoras operarão em frequência modulada, com ação restrita ao bairro a que pertencem

## CE debate hoje projeto que cria radiodifusão comunitária no país

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), aprecia hoje, em reunião marcada para as 10h, o projeto de lei da Câmara que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, relatado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE). A matéria já passou pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que aprovou parecer favorável do relator, senador José Agripino (PFL-RN).

Sérgio Machado considera oportuna a iniciativa da proposta, porque sua aprovação possibilitará regularizar a situação de aproximadamente duas mil emissoras livres em operação no país, que são consideradas clandestinas pela atual legislação.

De acordo com o projeto, esse serviço de radiodifusão deverá ser explorado por fun-

dações e associações comunitárias sem fins lucrativos e o patrocínio poderá ser feito apenas sob a forma de apoio cultural, também sem finalidade lucrativa. No que se refere à área de cobertura do serviço, a proposta estabelece que ela se restringirá ao "bairro e à vila" e determina que sua operação deve ser apenas em frequência modulada e baixa potência (máximo de 25 watts).

O projeto prevê, ainda, a criação de um conselho comunitário composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades, legalmente constituídas, da comunidade local. O conselho deverá acompanhar a programação, com o propósito de observar o atendimento do interesse da população e das diretrizes estabelecidas pela proposta.

## Tuma apresenta o parecer do direito autoral este mês

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do projeto que consolida toda a legislação brasileira sobre direito autoral, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) acredita que ainda este mês apresentará seu parecer sobre a matéria.

De autoria do ex-senador Luiz Viana Filho, o projeto foi aprovado em 1990 no Senado, mas ao ser apreciado na Câmara recebeu um substitutivo. A iniciativa consagra ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica. E protege as criações do espírito, expressas por qualquer meio, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro.

Entre as obras protegidas estão os programas de computador, textos literários, artísticos ou científicos, conferências, alocuções, coreogra-



Tuma quer pressa na votação

fias, pantomimas, traduções, cartas geográficas e sermões. No domínio da ciência, a proteção da lei recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico. O projeto também dispõe que não são objeto de proteção as idéias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais.



Sérgio Machado é o relator na Comissão de Educação



Parecer de José Agripino foi aprovado na Infra-Estrutura

## Veja o andamento das matérias da convocação

Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Rotério Jucá	Aprovado dia 15 parecer favorável da CCJ. Vai a discussão no plenário, em 1º turno
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Tuma	Aprovado pelo plenário, em 1º turno, dia 13/01. Amanhã (quarta-feira) início da discussão em 2º turno
PEC 50/96 (*)	Convoca plebiscito para realização de revisão constitucional	Jefferson Péres	Pronto para discussão no plenário, em 1º turno
Substituto da CD ao PLS 93/93	Planos de saúde	Sebastião Rocha	CAS
PLC 66/97	Pure a lavagem de dinheiro	Levy Dias	CAE
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requião	Apreciação na CE hoje (terça-feira)
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Tuma	Aprovado pelo plenário, em 13/01. Foi à sanção
PLS 249/89	Regula os direitos autorais	Romeu Tuma	CCJ
PLS 219/95	Sigilo bancário	Jefferson Péres	CCJ
Substituto da CD ao PLS 101/96	Cria região integrada de desenvolvimento do DF e Entorno	Lúcio Alcântara	Apreciação na CCJ amanhã (quarta-feira)
PLC 47/96	Destruição de aeronave	Romeu Tuma	Apreciação na CCJ amanhã (quarta-feira)
PLC 50/97	Radiodifusão comunitária	Sérgio Machado	Apreciação na CE hoje (terça-feira)
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	Aprovado dia 15 pelo plenário. Foi à sanção
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	Apreciação na CAS amanhã (quarta-feira)
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Carrata	Aprovado dia 15 pelo plenário. Volta à CD
PLC 31/97	Vínculo empregatício	Jonas Pinheiro	Apreciação na CAS amanhã (quarta-feira)
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)	Leomar Quintanilha (CCJ)	Distribuído à CCJ / CAS e CE
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Coptrens - PE)	Roberto Freire	Aprovado pelo plenário, em 13/01. Foi à sanção presidencial
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofor - CE)	Jonas Pinheiro	Apreciação na CAE hoje (terça-feira)

(\*) Acrescentada à pauta da convocação por ato dos presidentes do Senado e da Câmara.

Obs.: Além dessas proposições específicas, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais, projetos de competência privativa do Senado, medidas provisórias, matérias orçamentárias e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

## O TRÂNSITO EM DEBATE

## Arruda proporrá multas com valores reduzidos

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) anunciou ontem a conclusão, sexta-feira, de estudos que permitirão a apresentação ainda esta semana de um projeto de lei alterando artigos do Código de Trânsito. Ele e o deputado José Carlos Aleluia apresentarão simultaneamente, no Senado e na Câmara, o projeto, devendo reduzir o valor de várias multas.

Arruda disse que as multas previstas no código, em certos casos, superam o valor de alguns veículos que circulam no país. afirmou que, para alguns proprietários, por exemplo, será impagável a multa de R\$ 900,00. Daí por que o projeto que ele e José Carlos Ale-



Arruda: pelo fim do pique-esconde

luia apresentarão tem entre seus objetivos corrigir "alguns excessos e até falhas da lei aprovada".

O senador também explicou que o projeto em exame contemplará a questão dos radares eletrônicos. Sua idéia é que esses controla-

dores de velocidade tenham propósito educativo e não de mera arrecadação de recursos para os cofres públicos. Arruda prega a necessidade de uma sinalização clara - e não escondida em árvores -, para que o motorista não se sinta "brincando de pique-esconde" com o poder público.

Arruda também anunciou que, nessa regulamentação, estará prevista a volta do exame psicotécnico. Ele explicou que é inconsistente a alegação de que esse exame era malfeito e de que servia apenas para tomar dinheiro dos candidatos. "Se o exame era malfeito, há que ter uma lei exigindo que ele seja bem feito, e não eliminá-lo", argumentou.



Odacir: inconstitucionalidades

## Idéia de Odacir é suspender a vigência

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou quinta-feira projeto de lei que suspende por 12 meses a vigência da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o novo Código de Trânsito Brasileiro. Citando pareceres técnicos do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCC), o líder do PTB argumenta que, "tendo em vista vários equívocos e inconstitucionalidades apontados por especialistas em trânsito, os quais podem ensejar uma série de injustiças contra motoristas e a população em geral, torna-se imprescindível evitar a entrada em vigor desta lei". Nesse intervalo de tempo, propõe o senador Odacir Soares que "uma nova lei de emergência" possa ser votada e passe a vigorar enquanto se procede à revisão do Código Penal, para que, somente então, o Código de Trânsito Brasileiro entre em vigor da forma que está sancionado". Odacir assinala que, para especialistas do IBCC, "é melhor atropelar alguém dolosamente, porque a punição prevista pelo Código Penal para lesão dolosa é inferior à pena para lesão culposa estabelecida no Código de Trânsito Brasileiro".

## Leonel Paiva pede ampla campanha de esclarecimento

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) defendeu ontem, em discurso, que o governo faça uma ampla campanha de divulgação do novo Código de Trânsito Brasileiro antes que ele entre em vigor, nesta sexta-feira. Depois de citar acidentes de trânsito ocorridos neste final de semana no Distrito Federal, quando quatro pessoas morreram e 21 ficaram feridas, Leonel Paiva lamentou a falta de educação para o trânsito no país. "Será que a população está preparada para cumprir o novo código?" O senador voltou a criticar a falta de segurança no Distrito Federal, mencionando três crimes ocorridos no final de semana, os quais resultaram no assassinato de pessoas em cidadessatélites de Brasília. "Gostaria de saber para onde estão indo os mais de R\$ 500 milhões que são destinados anualmente pelo governo federal ao governo do DF para manutenção da segurança pública?", questionou. Para o senador, tais crimes deixam a população de Brasília "extremamente descrente e revoltada com o descaso a que está submetida pelas autoridades locais".

## Tebet quer corrigir erros já apontados pela sociedade

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou ontem saudável o debate, na sociedade, sobre alguns dispositivos do novo Código de Trânsito Brasileiro. "É fantástico o que está ocorrendo: o código, que levou anos em tramitação no Congresso Nacional, não entrou em vigor ainda e toda a sociedade já sente a necessidade de modificá-lo", observou.

- Devemos votar com rapidez, mas com eficiência. Para o Congresso isso não fica bem, mas pior será se, alertados pela sociedade dos equívocos existentes no Código de Trânsito Brasileiro, nós cruzarmos os braços e não



Tebet: pelo exame psicotécnico

trabalharmos para modificar os erros apontados - assinalou.

O senador mostrou-se favorável ao projeto de lei que será apresentado pelo senador José Roberto Arruda alterando alguns pontos do

código. Entre as mudanças defendidas por Tebet está à volta dos exames psicotécnicos para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. "Quantos gabinetes não receberam manifestações de psicólogos preocupados com a extinção desse exame?", salientou.

De acordo com Ramez Tebet, quando da votação do Código de Trânsito Brasileiro, ele já havia alertado para alguns equívocos no texto. "Por exemplo, no Código de Trânsito, a infração culposa é punida com muito mais gravidade do que a infração dolosa no Código Penal Brasileiro e isso, positivamente, é um absurdo", ponderou o senador.



# A INFORMAÇÃO DIRETA, SEM ESCALAS

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília. Seu objetivo é encurtar a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece

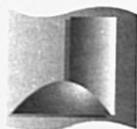
no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perde no espaço.

**EMBARQUE NOS ACONTECIMENTOS COM SEGURANÇA. LEIA O JORNAL DO SENADO**

SUA OPINIÃO VIRA NOTÍCIA. ESCREVA PARA O JORNAL DO SENADO.

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º andar, CEP 70.165-920  
e-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

NOSSOS AGRADECIMENTOS A: LIDER TAXI AÉREO - TAM - TRANSBRASIL - VARIG - VASP



Senador defende a criação de um estatuto próprio para proteger a região, hoje ameaçada pelo homem

## Jefferson condena a ocupação da Amazônia



Lobão: desobediência ao papa

### Lobão critica cartilha da Igreja Católica

O senador Edison Lobão (PFL-MA) criticou ontem o documento da Igreja Católica intitulado "Para uma melhor distribuição da terra, o desafio da reforma agrária", divulgado pelo Pontifício Conselho para a Justiça e a Paz, do Vaticano. "O documento foi infeliz porque se opõe à orientação do próprio Papa, que não admite invasão de terras, em nenhuma circunstância", disse.

O documento teria conquistado maior credibilidade - princípio maior que deve caracterizar os pronunciamentos cristãos - se tivesse incluído a informação de que se realiza no Brasil o maior projeto de reforma agrária já levado a efeito no mundo. Devia também ter ressaltado que a administração Fernando Henrique Cardoso, encarando com seriedade o problema agrário, já distribuiu mais terras do que todos os governos brasileiros anteriores somados - acrescentou.

Edison Lobão considerou "precipitadas" as declarações que, paralelamente à divulgação do documento, foram feitas pelo presidente do conselho, o cardeal francês Roger Etchegaray. Conforme o senador, "Sua Eminência, contrariando frontalmente reiteradas afirmações do papa João Paulo II, não teve qualquer constrangimento em defender as ocupações de terra, considerando-as legítimas em casos extremos, assim reafirmando a parte do documento clerical que diz textualmente: 'Quem se encontra em extrema necessidade tem direito a tomar aquilo de que necessita das riquezas dos outros'."

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou ontem que é preciso barrar todas as formas de ocupação predatória da Amazônia, sob o risco de a região sofrer um desastre. "Insistir nessa violência implica travar com a floresta um duelo mortal, destruí-la ou ser destruído", disse o senador, defendendo a necessidade urgente de um estatuto próprio para a proteção da região.

Ele elogiou edição especial que a revista *Veja* publicou em dezembro passado sobre a Amazônia, com a denúncia dos crimes praticados durante o processo de ocupação humana da área. Jefferson disse que o resultado dos equívocos cometidos nesse povoamento foram "monumentais fracassos, que deixaram em sua esteira, como ocorreu no sul do Pará, um processo de ocupação perverso, marcado por devastação florestal e exclusão social".

O senador disse que o mais grave é que, apesar das "trágicas evidências", muitos ain-



Jefferson: falso desenvolvimento

da não se deram conta de que a seqüência de crimes ecológicos, se não for contida, poderá assumir as proporções de um verdadeiro holocausto. Ele pregou a necessidade de um arcabouço institucional, que imunize a região contra tragédias, "ainda que tenhamos de renunciar às vantagens imediatas, mas aparentes, de um desenvolvimento falacioso, por que suicida".

O senador louvou o fato de que a Amazônia continua quase intacta, "com população pequena e rarefeita", e condenou "a idéia funesta do vazio a ser ocupado". Confor-

me Jefferson Péres, a ocupação já foi feita pela "floresta luxuriante", onde se abriga uma infinidade de seres que fazem da região o maior repositório de biodiversidade do planeta.

Somente a deformação cultural de civilizados brancos, à beira da insanidade, pode explicar a obstinação de tantos em desconhecer que à Amazônia, pela sua especificidade, são inaplicáveis os modelos convencionais de desenvolvimento - argumentou ainda o senador.

Jefferson disse que a proteção do patrimônio natural não é apenas mandamento constitucional e imperativo ético, mas condição de sobrevivência. Fora disso, ele alerta para o risco de um holocausto ecológico, o que, em sua opinião, pode ser antecipado pela chegada das madeiras asiáticas. E acrescentou: "Temos de partir para a urgente adoção de políticas que façam da nossa região um exemplo para o mundo".

## Emília quer saber da verba para estragos do El Niño

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) apresentou ontem requerimento de informações dirigido ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, em que solicita dados detalhados sobre quais os destinatários, proponentes e valores, com especificação das obras a serem realizadas, dos recursos autorizados pela Comissão Representativa do Congresso, em dezembro do ano passado, para amenizar os efeitos do fenômeno *El Niño* no país.

Para a senadora, são preocupantes as denúncias de favorecimento a parlamentares da base governista, feitas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sobre as quais ela optou por não entrar no mérito enquanto as informações oficiais não lhe chegarem às mãos. "Tenho certeza de que o ministro de-

seja informar o Brasil sobre as denúncias e que as respostas me serão encaminhadas antes mesmo do prazo regimental", afirmou.

Emília lembrou que, quando a Comissão Mista de Orçamento aprovou esses recursos, no total de R\$ 150 milhões, o Rio Grande do Sul contava com mais de 15 mil desabrigados em 100 municípios atingidos, muitos deles com estado de calamidade pública ou situação de emergência decretados pelas prefeituras, observou.

A senadora relatou que os recursos foram aprovados pelo plenário da Comissão Representativa sem que fosse respondido um questionamento por ela feito sobre que critérios de distribuição seriam adotados e quanto, afinal, seria destinado ao Rio Grande do Sul, então colo-



Emília: destinação das verbas

cado como estado a ser prioritariamente atendido.

Conforme as denúncias publicadas, "apenas R\$ 300 mil", sendo que os três municípios gaúchos mais atingidos, com 9 mil desabrigados, "não receberam nada da Secretaria de Políticas Regionais".

Não é mais possível continuar brincando com a vida das pessoas e com o dinheiro público - disse.

PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

7h - Entrevista com o deputado federal Fernando Ferro (PT-PE) sobre as rádios comunitárias

8h - Debate com o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) e o deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ) sobre a Lei Pelé

9h30 - Entrevista com o deputado federal Fernando Ferro

10h - Comissão de Assuntos Econômicos - apreciação de contratos de operação de crédito externo

Logo após: Comissão de Educação - apreciação do projeto de lei que institui o serviço de radiodifusão comunitária

14h30 - Sessão plenária (vivo)

Logo após: Comissão de Relações Exteriores - apreciação de acordos internacionais

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Leomar Quintanilha e o deputado federal Eurico Miranda

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, instituições, especiais e o programa "Fala Cidadão"

### RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

11h - Comissão de Educação

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30

*Segundo o senador, a Lei Pelé prevê a criação de uma autarquia, o Indesp, com os mesmos poderes que tinha o Conselho Nacional de Desporto, o que, para ele, significa o risco de um retrocesso "inimaginável"*

## Távola é contra o controle estatal no esporte

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse ontem ser contrário à volta do controle do Estado sobre o desporto brasileiro que, segundo ele, está previsto na Lei Pelé. "Esporte não é atividade do Estado, cuja única função é dar recursos para o esporte educacional, no sentido da formação de atletas e complemento pedagógico", assinalou.

Na opinião de Távola, o passo mais significativo da Lei Zico foi retirar o poder do Estado sobre o esporte com a extinção do Conselho Nacional de Desporto (CND). No entanto, acrescentou, a Lei Pelé prevê a criação de uma autarquia, o Indesp, com os mesmos poderes que tinha o CND, o que, a seu ver, signifi-

ca a retomada do controle estatal no esporte.

O princípio da autonomia, que está na Lei Zico e também na Lei Pelé, é fundamental para o desenvolvimento do esporte nacional, que jamais avançará enquanto for controlado pelo Estado. Se nós recuarmos, devolvendo ao poder estatal os rumos do desporto brasileiro, corremos o risco de um retrocesso inimaginável - considerou.

Artur da Távola também se mostrou preocupado com o ritmo da discussão da Lei Pelé durante a convocação extraordinária. Para ele, há um clamor público pela moralização do esporte, principalmente o futebol, e a necessidade de aprovação de matérias importantes

que justifiquem a convocação. Mas observou que a matéria em questão trata-se de um projeto difícil, por envolver uma paixão popular, além de questões econômicas, educativas e culturais.

Ele afirmou ainda que outro problema da Lei Pelé é que ela engloba todo o esporte brasileiro, mas cuida basicamente do futebol. "O Brasil vive numa monocultura futebolística; no entanto, deve-se ter clara a diferença entre o futebol e os outros esportes", frisou o senador, defendendo uma lei geral para todos os esportes e legislações específicas para cada um deles.

Em aparte, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) apoiou o pronunciamento de Artur da Távola.



Artur da Távola: a autonomia é fundamental para o desporto

## Amorim: hospitais de Rondônia estão sem medicamentos

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) informou ontem que a Justiça de Rondônia adotou a decisão inédita de acolher liminar ordenando que o governo do estado compre remédios e material necessário à prestação de serviços de saúde nos hospitais públicos de Porto Velho. Na decisão, a juíza Duília Reis também determina que, a cada 90 dias, o governo realize licitação destinada à renovação dos estoques dos materiais constantes de relação anexa à decisão judicial.

Constatando a inércia do governo federal em promover a intervenção para garantir o atendimento da população, o Judiciário passou a administrar esse setor dos serviços públicos, através de decisões judiciais que são verdadeiras ordens de serviço - disse.

A ação que resultou na decisão judicial, conforme assinalou, foi proposta pelos promotores Cláudio Mendonça e Charles Tadeu a partir de interdição ética dos médicos, determinada pelo Conselho Regional de Medicina, e da constatação do estado de abandono dos hospitais, feita pelo próprio Ministério Público através de procedimentos administrativos.



Ernandes Amorim: intervenção

Na opinião do senador, a Justiça de Rondônia teve que chegar a esse extremo porque o governo federal, "para não prejudicar a tramitação das emendas constitucionais, deixou o governador à vontade e os cofres públicos passaram a ser assaltados de maneira descarada".

A seu ver, Rondônia deveria ter sofrido intervenção federal em 1995, quando o Ministério Público denunciou desvio, pelo governo estadual, de recursos destinados à merenda escolar. Mas, conforme observou, a adoção da medida paralisaria o processo de votação das reformas, já que a Constituição não pode ser emendada durante a vigência de intervenção federal.

## Patrocínio defendeclusas nas barragens dos rios navegáveis

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apelou ontem à Câmara dos Deputados para que discuta e vote rapidamente projeto de lei de sua autoria tornando obrigatória a construção declusas em todas as barragens a serem edificadas em rios navegáveis. Conforme informou, a matéria foi aprovada, de forma terminativa, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Espero que a Câmara dispense a mesma atenção a esse projeto que nós, aqui no Senado, dispensamos aos projetos aprovados pelos deputados - salientou Patrocínio.

O senador defendeu a construção declusas antes da conclusão da construção

das barragens, pois, dessa forma, o preço da obra fica em torno de 7% do valor da obra total, enquanto que, quando aclusa é construída após a barragem finalizada, o custo chega a 30% do valor total.

Carlos Patrocínio considerou muito importante a inauguração daclusa do Jupia, que, a seu ver, significa a concretização definitiva da hidrovia Tietê-Paraná. Ele lembrou que essa hidrovia possui 2.400 quilômetros de vias navegáveis e poderá transportar 20 milhões de toneladas por ano, ao contrário das atuais 5 milhões de toneladas.

Apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que, com a mesma rapidez com que colocou em funcionamento aclusa do Jupia, também



Carlos Patrocínio: hidrovia

tenha a determinação de concluir as obras da hidrovia Tocantins-Araguaia - frisou o senador, informando que foi convidado a participar de uma reunião no Ministério dos Transportes, no dia 22, sobre essa hidrovia e asclusas de Tucuruí.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) assinalou que, apesar de o Brasil possuir 25 mil quilômetros de rios navegáveis, quase todo o transporte de cargas no país é feito pelas rodovias. "Nos Estados Unidos, 70% da produção de soja são transportados pelo Rio Mississippi", destacou.